

Demonstrações Financeiras

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

31 de Dezembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 8º andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel: (55 21) 3263-7000
Fax: (55 21) 3263-7003
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
EN-Brasil Comércio e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Companhia não procedeu ao inventário físico dos estoques registrados em seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 pelo montante de R\$837 mil e, como consequência, não foi possível nos satisfazermos sobre a existência e valorização dos estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria, bem como sobre o valor das compras de materiais registradas no custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício findo naquela data pelo montante de R\$2.323 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da En-Brasil Comércio e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		26.700	21.739
Caixa e equivalente de caixa	4	183	116
Títulos e valores mobiliários	5	14.573	14.152
Clientes	6	8.858	6.152
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(322)	-
Estoques		837	-
Tributos a compensar	7	1.723	1.192
Adiantamentos		807	109
Outros ativos		41	18
Não circulante		6.672	2.512
Imobilizado	8	3.876	604
Intangível	9	2.179	1.904
Outros ativos		617	4
Total do ativo		33.372	24.251
Passivo			
Circulante		21.353	17.832
Fornecedores	10	6.581	5.138
Salários, provisões e encargos sociais		1.056	836
Obrigações fiscais	11	1.281	812
Dividendos a pagar		9.411	10.846
Receitas antecipadas	12	2.600	-
Outras obrigações		424	200
Não circulante		9.902	-
Receitas antecipadas	12	9.902	-
Patrimônio líquido		2.117	6.419
Capital social	14	1.000	1.000
Reserva de lucros	14	1.000	1.000
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14	117	4.419
Total do passivo e patrimônio líquido		33.372	24.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida	16	23.113	26.907
Custo dos serviços prestados	17	<u>(11.112)</u>	<u>(10.820)</u>
Lucro bruto		<u>12.001</u>	<u>16.087</u>
Despesas operacionais		<u>(9.783)</u>	<u>(7.662)</u>
Despesas gerais e administrativas	17	(9.783)	(7.662)
Lucro operacional		<u>2.218</u>	<u>8.425</u>
Resultado financeiro		<u>1.080</u>	<u>1.003</u>
Receitas financeiras	18	1.264	1.108
Despesas financeiras	18	(184)	(105)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		<u>3.298</u>	<u>9.428</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	<u>(3.142)</u>	<u>(3.536)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>156</u>	<u>5.892</u>
Outros resultados abrangentes		-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício		<u>156</u>	<u>5.892</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.000	200	800	-	4.583	6.583
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.892	-	5.892
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(4.583)	(4.583)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.473)	-	(1.473)
Dividendos adicionais	-	-	-	(4.419)	4.419	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.000	200	800	-	4.419	6.419
Lucro líquido do exercício	-	-	-	156	-	156
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	(4.419)	(4.419)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(39)	-	(39)
Dividendos adicionais	-	-	-	(117)	117	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.000	200	800	-	117	2.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	3.298	9.428
Ajustes por:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	322	-
Depreciação e amortização	104	103
Imposto de renda e contribuição social	(3.142)	(3.536)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.706)	(4.743)
Tributos a compensar	(531)	(395)
Estoques	(837)	-
Adiantamentos	(698)	(18)
Outros ativos	(636)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.443	3.438
Salários, provisões e encargos sociais	220	534
Obrigações fiscais	469	228
Receitas antecipadas	12.502	-
Outras obrigações	223	7
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>10.031</u>	<u>5.046</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(421)	(5.344)
Aplicações no intangível e imobilizado	(3.651)	(1.914)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(4.072)</u>	<u>(7.258)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(5.892)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(5.892)</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	116	2.328
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	183	116
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>67</u>	<u>(2.212)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (“Prátil” ou a “Companhia”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, foi constituída em 18 de agosto de 2009 e tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, inclusive os direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 20 de novembro de 2015.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas sobre serviços prestados no momento da efetiva entrega do resultado final dos serviços. A administração da Companhia efetua análise do prazo médio de prestação dos serviços e entende que estes serviços não possuem execução de longo prazo, de modo que a base técnica para o reconhecimento das receitas pela Companhia é o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) - Receitas.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.4.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

2.4.1. Ativo financeiro--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.
- ▶ Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

2.4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os saldos de caixa, contas bancárias, e uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo apresentado como caixa e equivalente de caixa se refere em sua totalidade a recursos mantidos em contas correntes bancárias.

2.4.1.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes representam valores a receber por conta dos faturamentos realizados de acordo com as condições contratuais e estão apresentadas a valores de realização. Adicionalmente, o contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Entretanto, não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda.

2.4.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

2.4.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, basicamente, suas obrigações com fornecedores e débitos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

2.4.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.5. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativo intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.8. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui constituição de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente na data de apresentação das demonstrações financeiras. Sobre estas bases são calculados o imposto de renda e contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.11. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após distribuição para reserva legal. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

2.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.13. Novos pronunciamentos contábeis emitidos

O *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) impostos; (iv) provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Segue abaixo a composição dos saldos aplicados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e depósitos bancários	183	116
Total	<u>183</u>	<u>116</u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixas são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2014, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

Tipo	<u>Taxa Média</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco Itaú S.A. Fundo de Investimento	7,72%	14.573	14.152
		<u>14.573</u>	<u>14.152</u>

A Companhia aplica seus excedentes de caixa em fundos de investimentos, os quais são classificados como títulos e valores mobiliários. Tais fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituição financeira de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

6. Clientes

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Clientes	8.171	6.152
Contas a receber partes relacionadas (Nota 13)	<u>687</u>	<u>-</u>
	8.858	6.152
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(322)</u>	<u>-</u>
	<u>8.536</u>	<u>6.152</u>

7. Tributos a compensar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social	148	70
PIS e COFINS	528	477
ICMS	244	28
INSS	789	603
ISS	14	14
	<u>1.723</u>	<u>1.192</u>

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e a retenções de notas fiscais emitidas.

O saldo de contribuição social, PIS e COFINS a compensar referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas. Quanto aos saldos de INSS e ISS a compensar, os mesmos referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas à construção civil e a clientes substitutos tributários, respectivamente.

8. Imobilizado

Os bens e as instalações da Companhia seguem demonstrados abaixo, com suas respectivas depreciações, a saber:

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total
Taxas de depreciação média (%) a.a	10%	10%	4%		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>43</u>	<u>61</u>	<u>100</u>	<u>103</u>	<u>307</u>
Adições	-	-	-	317	317
Depreciação	(6)	(8)	(6)	-	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>37</u>	<u>53</u>	<u>94</u>	<u>420</u>	<u>604</u>
Adições				3.292	3.292
Depreciação	(6)	(8)	(6)	-	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>31</u>	<u>45</u>	<u>88</u>	<u>3.712</u>	<u>3.876</u>

9. Intangível

Estão registrados no intangível os gastos referentes à implantação e a aquisição de licenças de uso de software e a criação de desenho arquitetônico. Esses ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

No intangível em curso estão registrados os gastos referentes à implantação e desenvolvimento de softwares, enquanto os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a projetos e estudos de viabilidade de implantação e negociação de painéis solares.

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Softwares	Projetos	Intangível em curso	Total
Taxas de amortização média (%) a.a.	20%	indeterminada		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	345	-	45	390
Adições	-	1.597	-	1.597
Amortização	(83)	-	-	(83)
Saldo em 31 de dezembro 2013	262	1.597	45	1.904
Adições	-	-	359	359
Amortização	(84)	-	-	(84)
Saldo em 31 de dezembro 2014	178	1.597	404	2.179

10. Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores	4.881	3.439
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 13)	1.700	1.699
	<u>6.581</u>	<u>5.138</u>

11. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	-	189
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	131	36
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	94	42
Programa de integração social - PIS	17	9
Instituto nacional de seguridade social - INSS	103	202
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	51	51
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS	24	62
Imposto sobre serviços - ISS	848	152
Outros tributos e contribuições	13	69
	<u>1.281</u>	<u>812</u>

12. Receitas antecipadas

A abertura dos saldos de receitas antecipadas considerando sua segregação entre circulante e não circulante se encontra disposta abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas antecipadas - circulante	2.600	-
Receitas antecipadas - não circulante	9.902	-
Total	<u>12.502</u>	<u>-</u>

Em 22 de outubro de 2014 a Companhia celebrou contrato junto à Tokyo Marine Seguradora S.A., passando a atuar como agente de vendas de serviços de seguros a serem comercializados a consumidores finais da respectiva seguradora. Através dessa negociação, ficou acordado que no decorrer do prazo de 5 anos estabelecido em contrato, pelos serviços de agenciamento, a Prátil será remunerada por uma taxa no montante total de R\$13.000, o qual fora pago de maneira antecipada pela Tokyo Marine quando da celebração do contrato.

O referido montante fora registrado como uma receita antecipada da companhia, sendo apropriado mensalmente no decorrer do contrato. Em 31 de dezembro de 2014 fora reconhecido no resultado como apropriação desta receita o valor de R\$498.

13. Partes relacionadas

	<u>31/12/2014</u>			<u>31/12/2013</u>	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)	Passivo circulante	Receita (despesa)
Ampla Energia S.A (a)	115	63	(540)	54	(833)
Companhia Energetica do Ceará - COELCE (a)	-	40	(503)	48	(690)
Enel Brasil (b)	451	-	461	-	-
CGTF- Central Geradora Termelétrica Fortaleza (c)	1	-	42	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda (d)	-	1.597	-	1.597	-
Enel Brasil Participações Ltda (e)	120	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>687</u>	<u>1.700</u>	<u>(540)</u>	<u>1.699</u>	<u>(1.523)</u>

13. Partes relacionadas--Continuação

- (a) A Companhia possui contratos vigentes com Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla") e Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), ambas distribuidoras de energia pertencentes ao mesmo grupo econômico, através dos quais as referidas partes relacionadas arrecadam e repassam à Prátil valores cobrados aos seus clientes através de serviços que são prestados pela Companhia. Os serviços de arrecadação prestados pelas referidas distribuidoras são cobrados de acordo com as condições estabelecidas em contratos, os quais representam parte dos custos da Companhia com a contratação de serviços de terceiros.
- (b) A Companhia possui saldos ativos em aberto junto à controladora Enel Brasil referente à construção por parte da Prátil de estrutura de captação de energia solar no estacionamento localizado na propriedade da Ampla no decorrer de 2014.
- (c) A Companhia obteve receita junto à Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF, sendo esta receita oriunda de serviços de instalação de subestação na unidade geradora.
- (d) A Companhia possui um passivo com a Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. referente a um desenvolvimento de projeto interno relativo a plano de negócio solar.
- (e) A Companhia possui saldos ativos em aberto junto à Enel Brasil Participações Ltda. referente instalação de painéis solares na embaixada Italiana no Brasil.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$1.109 (R\$544 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital subscrito e integralizado está representado por 1.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto, sendo sua distribuição como segue:

Acionista	Quantidade de Ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	999.999	99,9999%
Central Geradora Termelétrica Fortaleza (CGTF)	1	0,0001%
Total	1.000.000	100%

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude do saldo desta reserva ter atingido o limite máximo de 20% do capital social, conforme o estabelecido no caput do artigo 193 da Lei das sociedades por ações.

14. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das sociedades por ações.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	156	5.892
Lucro líquido ajustado	<u>156</u>	<u>5.892</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	39	1.473
Dividendos adicionais propostos	117	4.419

15. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido de acordo com a Lei nº 9.430, de 1996, artigos 1º e 25; RIR/1999, art. 516, § 5º.

	IRPJ		CSLL	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Faturamento	25.155	29.262	25.155	29.262
Alíquota aplicável - Presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	8.050	9.364	8.050	9.364
Demais receitas - Receitas financeiras	1.264	1.108	1.264	1.108
Base de cálculo	<u>9.314</u>	<u>10.472</u>	<u>9.314</u>	<u>10.472</u>
Alíquota aplicável do imposto de renda e da contribuição social	15%	15%	9%	9%
	1.397	1.571	838	942
Alíquota aplicável do adicional de imposto de renda - 10%	907	1.023	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>2.304</u>	<u>2.594</u>	<u>838</u>	<u>942</u>

As provisões para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado são apresentadas como segue:

16. Receita Líquida

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita de Serviços	23.891	28.553
Receita de Material	945	670
Receita de Aluguel	319	39
Total da Receita operacional bruta	<u>25.155</u>	<u>29.262</u>
(-) Deduções da receita		
ISS	(1.027)	(1.164)
COFINS	(755)	(878)
PIS	(164)	(190)
ICMS	(96)	(123)
Total de deduções de receita	<u>(2.042)</u>	<u>(2.355)</u>
	<u>23.113</u>	<u>26.907</u>

17. Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Custo do Serviço		Despesas gerais e administrativas	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal	5.128	3.798	2.885	1.956
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	322	-
Material	2.323	96	-	-
Serviços de terceiros	3.661	6.926	6.120	5.048
Depreciação e amortização	-	-	104	103
Tributos	-	-	6	5
Provisão para contingências	-	-	1	-
Outras Despesas	-	-	345	550
Total	<u>11.112</u>	<u>10.820</u>	<u>9.783</u>	<u>7.662</u>

18. Resultado financeiro

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	1.184	1.057
Outras receitas financeiras	80	51
Total da receita financeira	<u>1.264</u>	<u>1.108</u>
Despesa financeira		
Multas	(169)	(99)
Outras despesas financeiras	(15)	(6)
Total da despesa financeira	<u>(184)</u>	<u>(105)</u>
Total	<u>1.080</u>	<u>1.003</u>

19. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

20. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de Risco Operacional do Grupo Enel Brasil. A Companhia também mantém um seguro de Responsabilidade Civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Enel Brasil. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Risco Operacional	R\$ 2.581	R\$ 1.536.382
Responsabilidade Civil	N/A	R\$ 490.700